

T F A – COD 90042 Taxa Única De Fiscalização de Anúncios

A **Taxa** de Fiscalização de Anúncios (**TFA**) é devida em razão da atividade municipal de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora da ordenação, exploração ou utilização, por qualquer meio ou processo, de anúncios nas vias e nos logradouros públicos, ou em locais deles visíveis ou audíveis ou, ainda, em ...5 de junho de 2018

Anúncios veiculados no interior de feiras e exposições, com prazo de exposição de até 60 (sessenta) dias.	Por Evento	nº de estandes	70,91	73,96	78,33	Nota 4
	Item 4					

T F A – COD 97110 Taxa Única De Distribuição de Folhetos

TFA (Taxa de Fiscalização de Anúncios) Cálculo da Taxa

Folhetos ou programas impressos em qualquer material, com mensagens veiculadas, distribuídos por qualquer meio.	Mensal	nº de locais	70,91	73,96	78,33
---	--------	--------------	-------	-------	-------

13:24 05/06/2018

A Taxa de Fiscalização de Anúncios (TFA), calculada na conformidade das Tabelas 1 e 2 da Lei 13.474/2002, deverá ser recolhida na forma, condições e prazos regulamentares.

A Portaria SF 17/2003, da Secretaria de Finanças, institui os códigos de tipo de anúncio e dispõe sobre o cálculo e recolhimento da Taxa de Fiscalização de Anúncios ([veja as Tabelas de Códigos e Cálculo](#)).

A Taxa será calculada pelo item da tabela que contiver maior identidade de especificações com as características do anúncio considerado. Enquadrando-se o anúncio em mais de um item das tabelas, prevalecerá aquele que conduza à Taxa unitária de maior valor.

1. Sendo anual o período de incidência, o montante da Taxa poderá ser pago em, no máximo, 5 (cinco) parcelas, mensais e sucessivas, cujo recolhimento far-se-á nos seguintes prazos:

- a. Nas hipóteses de início de utilização ou exploração do anúncio, ou de alteração do anúncio que implique novo enquadramento nas Tabelas I e II do Anexo Único da Portaria SF 017/2003, ou de transferência de anúncio para local diverso, a primeira parcela, ou parcela única, deverá ser recolhida até o dia 10 (dez) do segundo mês imediatamente posterior ao do início de utilização ou exploração do anúncio, ou da alteração ou transferência do anúncio, vencendo-se as demais a cada dia 10 (dez) dos meses imediatamente posteriores;
- b. A partir do segundo ano de utilização ou exploração do anúncio, a primeira parcela, ou parcela única, deverá ser recolhida até o dia 10 (dez) de julho de cada exercício, vencendo-se, as demais, a cada dia 10 (dez) dos meses imediatamente subsequentes;
- c. Na hipótese de recolhimento parcelado, nenhuma parcela poderá ser inferior ao valor mínimo, que varia conforme a incidência, de acordo com a tabela a seguir:

Exercício	Valor mínimo da parcela
2003	R\$ 50,00
2004	R\$ 54,65
2005	R\$ 58,80
2006	R\$ 62,14
2007	R\$ 64,10
2008	R\$ 66,95
2009	R\$ 70,90
2010	R\$ 73,96
2011	R\$ 78,33
2012	R\$ 83,42
2013	R\$ 88,29
2014	R\$ 93,51

Sendo mensal o período de incidência, a Taxa deverá ser recolhida no caso de anúncios provisórios:

- a. Relativamente ao primeiro mês, até o último dia útil anterior ao de início de utilização ou exploração do anúncio;

- b. Relativamente aos meses posteriores, até o 1º (primeiro) dia útil do mês de incidência.

Anúncios provisórios são os que veiculam mensagem esporádica atinente a promoções, ofertas especiais, feiras, exposições, eventos esportivos, espetáculos artísticos, convenções e similares, de duração igual ou inferior a 90 (noventa) dias.

Para os demais tipos de anúncio com período de incidência mensal, a Taxa deverá ser recolhida.

- a. Relativamente ao primeiro mês, até a data de início de utilização ou exploração do anúncio, ou de alteração do anúncio que implique novo enquadramento nas Tabelas I e II do Anexo Único desta Portaria, ou de transferência de anúncio para local diverso;
 - b. Relativamente aos meses posteriores, até o dia 10 (dez) do mês de incidência.
4. Sendo por evento o período de incidência, a Taxa deverá ser recolhida até o último dia útil anterior à data de início do evento.

Na hipótese de recolhimento em parcelas mensais e sucessivas da Taxa de Fiscalização de Anúncios, decorrido o prazo fixado para pagamento da última parcela, somente será admitido o pagamento integral do débito, que será considerado vencido à data da primeira prestação não paga, ou da primeira prestação paga com valor a menor.

O lançamento ou o recolhimento da Taxa de Fiscalização de Anúncios não importa em reconhecimento da regularidade do anúncio, nem na concessão da licença para sua exposição, a qual se rege pela legislação municipal específica.

A Taxa é devida integralmente, ainda que o anúncio seja utilizado ou explorado apenas em parte do período considerado.

Dúvidas?

- Ligue para: **156**.

- Fale com a Fazenda: www.prefeitura.sp.gov.br/falecomafazenda

- Atendimento ao público para informações:

Praça de Atendimento da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento

Econômico. **Atenção! O agendamento eletrônico prévio é obrigatório, [clique aqui](#) ou baixe o aplicativo "Agendamento Eletrônico" para agendar seu serviço antes de comparecer à Praça de Atendimento da Secretaria de Finanças.**

T F E

A Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos (TFE) é devida em razão da atuação dos órgãos competentes do Executivo que exercem o poder de polícia, desenvolvendo atividades permanentes de controle, vigilância ou fiscalização do cumprimento da

legislação municipal disciplinadora do uso e ocupação do solo urbano, da ...20 de jul de 2017

	Exposições, feiras e demais atividades exercidas em caráter provisório, em período de até 5 dias - Valor diário		
34932		Não depende	R\$ 50,01

Exposições, feiras e demais atividades exercidas em caráter provisório, em período de até 5 dias - Valor diário 34932 Não depende R\$ 46,82

T L I F

As empresas, para funcionarem de acordo com a lei, precisam estar em dia com a base fiscal definida pelo governo. A **Taxa de Licença de Funcionamento** (TLF) é um tributo para que o Município verifique se o estabelecimento está funcionando regularmente. Após o vencimento, a **taxa** deve ser renovada junto à Prefeitura.4 de set de 2012

ECAD: De acordo com a lei 9.610/98 que regulamenta os direitos autorais, rege que a utilização de qualquer tipo de som ou imagem, deverá recolher a taxa específica através de guia própria fornecida pelo ECAD. Maiores informações, favor entrar em contato pelo telefone: (11) 3287-6722/ 3285-6790 ou pelo site: www.ecad.org.br